

Volta à Torre do Tombo

FOLHA DE SÃO PAULO

SAID FARHAT 26 JUN 1987

ANC p 73

Quase sem surpresas, os textos das Comissões Temáticas, aprovados no fim-de-semana passado, consagraram quase tudo o que os observadores de bom senso esperavam saísse desta fase dos trabalhos constituintes. (A exceção fica por conta da Comissão da Família etc., a qual inclui, também, as questões de ciência, tecnologia e comunicação, a qual não conseguiu votar as propostas substitutivas ao parecer do relator, rejeitado pela maioria.)

A previsibilidade dos textos finais das comissões decorre das indicações dadas pela preferência declarada pelos constituintes por esta ou aquela comissão. A maneira como os parlamentares "de esquerda" acorreram à Comissão da Ordem Social e, dentro desta, à Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, deixava antever a adoção de um texto diretamente calcado nas propostas do Diap — o lobby dos sindicatos. Mas permitia supor, também, que, ao se ampliarem os colégios votantes, as decisões tenderiam à busca do consenso possível.

De fato, a clara falta de definição ideológica dos vários partidos tornou possível a concretização daquilo que, há mais de ano, venho dizendo às pessoas

que me consultam sobre assuntos de natureza política. A saber: as grandes decisões da ANC não seriam tomadas pelos partidos: mas, sim, por coligações "ad hoc", formadas e desfeitas conforme cada questão concreta a decidir. Mais recentemente, a análise dos pronunciamentos, propostas e votos dos constituintes deixou meridianamente claro, em abril, que, simplesmente, a esquerda não contava com os votos (59 constituintes, reforçados por 123 de centro-esquerda). Ruidosa, como pudessem ser, e foi, a contagem de vozes lhe era desfavorável. Mas, por outro lado, a direita (88 votos) também não tem maioria nos plenários da ANC, mesmo reforçada pelos 136 de centro-direita.

Pela conta dos números, os 153 parlamentares que formam o núcleo do centro, a maioria estará para onde o centro se inclinar. Foi assim nas votações das grandes comissões. Assim deverá ser na de Sistematização.

No meu entender, o fato de a Comissão da Ordem Social ter aprovado importantes teses "de esquerda" — centralização dos serviços de saúde; direitos trabalhistas desvinculados da realidade atual; e, em geral, restrições variadas ao sistema de liberdade de iniciativa — não significa, necessariamente,

que elas venham a ser consagradas pelo plenário. Do mesmo modo, o observador atilado manterá em mente a possibilidade de "atenuação" (do ponto de vista "progressista") de alguns dispositivos da ordem econômica, a fim, mesmo, de criar condições para eventuais acordos sobre dispositivos "polêmicos" (do ponto de vista "conservador") da Ordem Social.

É interessante notar que os textos aprovados pelas Comissões Temáticas são fruto de mais de 33 mil propostas e emendas. A maioria delas, evidentemente, sequer chegou a ser examinada pelos relatores (na primeira fase, das subcomissões, eles simplesmente disseram o que pensavam; depois, não houve tempo material para estudo e ponderação). Por isso, não será de admirar que a nova Constituição apresente, como seu texto nesta fase, algumas contradições e outros tantos retrocessos, do ponto de vista da tecnologia e do progresso.

De fato, entre os mais de dois mil artigos, parágrafos, incisos e alíneas, o farsante atento descobre jóias fascinantes e inesquecíveis. No meio do cipal, numerosos dispositivos aprovados refletem, apenas, a verbalização de conceitos mal formados, ou, com igual

frequência, de preconceitos mal digeridos (exemplo: "O Brasil não adotará o sistema de numeração única para seus cidadãos". Ou, no mesmo inciso, dos direitos individuais, esta outra pérola: "É proibido o registro informático sobre convicções pessoais, atividades políticas...").

Fico pensando: como irão os jornais guardar as biografias dos políticos? Como o Cepedoc, da Fundação Getúlio Vargas, conservará os dados sobre as pessoas incluídas no seu excelente dicionário histórico-biográfico? Como irão os historiadores pesquisar a vida, as palavras, os pronunciamentos, a formação da doutrina e do pensamento político dos atores da cena brasileira? Sem informática, talvez pensem eles em reconstituir a velha Torre do Tombo, onde, durante séculos, os estudiosos brasileiros iam buscar informações guardadas pela prudência lusitana. Então, podia ser assim. Mas, agora, no fim do século 20, atitudes como essa, além de preconceituosas, são anacrônicas e demonstrativas de alarmante grau de desinteligência.

SAID FARHAT, 65, analista político, foi ministro da Comunicação Social (governo Figueiredo), editor-chefe e diretor-responsável da revista "Visão".